

Relatório Anual da Administração

APRESENTAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A., relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o novo padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards - IFRS*, introduzido no Brasil pela Lei 11.638/2007 e consubstanciado na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O exercício de 2009 está sendo reapresentado sob as mesmas práticas, para efeito de comparabilidade.

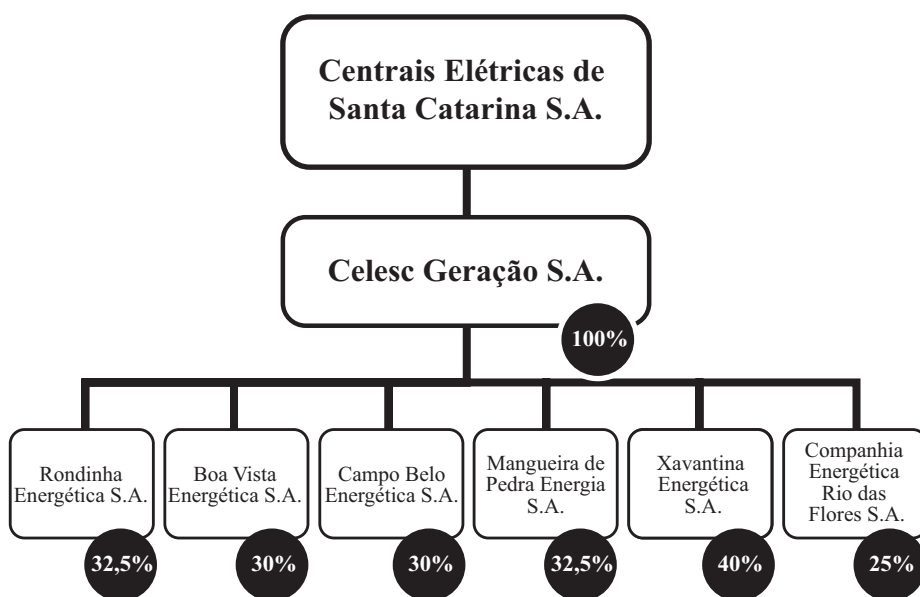
PERFIL EMPRESARIAL

A Celesc Geração S.A. foi criada em 2006, a partir do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração de energia elétrica, conforme prevê a atual legislação do Setor Elétrico Brasileiro, na forma de subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. Em 31 de dezembro de 2010, seu capital social totalizava R\$65 milhões e era composto por 35 milhões de ações ordinárias sem valor nominal.

Ao ser instituída, a Empresa tornou-se responsável pela operação, manutenção e expansão de parque gerador formado por doze Pequenas Centrais Hidrelétricas –PCHs, e com potência total instalada de 81,15MW, conforme o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL 55/99. Nos últimos quatro anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos e à diversificação da matriz energética. Estudos em andamento projetam ampliar em até 148% a capacidade atual e contemplam projetos de fonte hidráulica, eólica e biomassa.

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possuía participação acionária em sete sociedades de propósito específicas (SPEs), interessadas na viabilização de novos empreendimentos no Estado. Essas parcerias vêm sendo constituídas desde 2007, e têm por objetivo a construção, comissionamento, operação e manutenção de PCHs. Nas SPEs, a Celesc Geração tem participação acionária limitada em 49% do total de ações. Estes empreendimentos representam acréscimo de 61,47 MW de potência instalada em Santa Catarina. A participação da Celesc Geração nos empreendimentos equivale ao acréscimo de 19,04 MW ao seu parque de geração própria. A concessão para exploração dos novos empreendimentos tem prazo médio de 30 anos.

O quadro abaixo apresenta a atual estrutura societária da Empresa:



DESEMPENHO OPERACIONAL

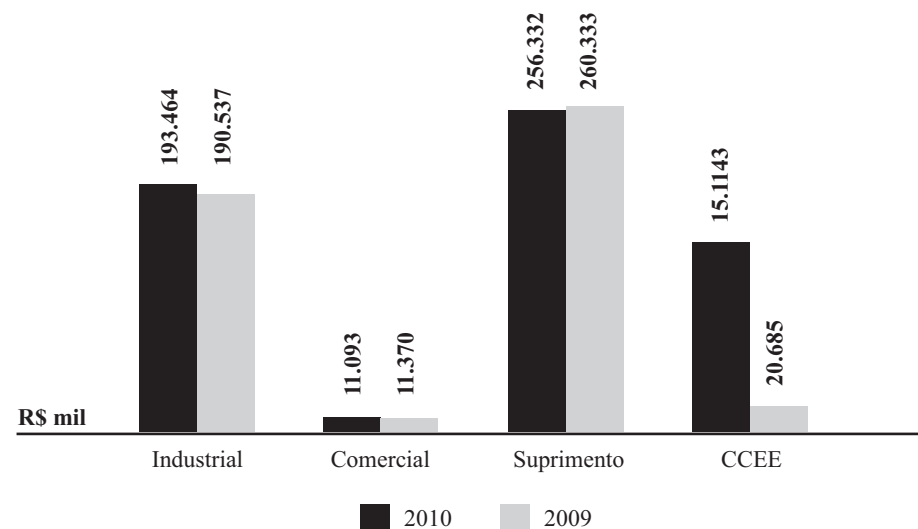
Geração de Energia - O alto índice pluviométrico registrado na área das usinas e a melhoria do índice de disponibilidade das unidades geradoras fizeram com que fosse registrado, em 2010, recorde de produção de energia do parque gerador da Celesc Geração. No ano, foram gerados, em média, 70 MW médios de energia elétrica por hora, totalizando a produção líquida de 612 GWh e registrando fator de capacidade de 86,4%. Nos últimos três anos, o volume de produção anual das usinas havia alcançado a média de 485 GWh. O desempenho em 2010 foi cerca de 26% maior.

No quadro a seguir, é possível acompanhar o desempenho de cada uma das usinas que formam o parque de geração da Empresa, nos anos de 2009 e 2010, referente ao volume de geração bruta:

Usinas	2009	2010
Palmeiras	138.864.406	189.606.267
Cedros	58.761.500	70.257.096
Salto	40.033.959	43.268.016
Bracinho	72.452.130	97.978.161
Piraiá	4.902.202	8.574.014
São Lourenço	1.888.053	3.252.088
Garcia	68.997.301	71.574.132
Caveiras	22.063.349	29.447.960
Pery	34.330.284	35.672.448
Ivo Silveira	17.048.340	21.611.210
Rio do Peixe	3.521.336	4.058.429
Celso Ramos	29.598.000	38.257.289
Total (MWh)	492.460.860	613.557.110

Comercialização de Energia – A maior produção representou acréscimo de vendas para o mercado livre, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE, impactando na receita bruta registrada no ano de 2010. O volume de energia comercializado no ano (612 GWh), foi entregue em contratos de longo e curto prazo para comercializadores, consumidores livres, geradores e liquidações na CCEE, por meio do Mecanismo de Realocação de Energia. O maior volume de vendas representou incremento de cerca de 7% na receita operacional registrada em 2010, comparada com o resultado de 2009.

O consumo por classe em 2009 e 2010 apresentou o seguinte desempenho:



Expansão do Parque Gerador - Em 2010, a Celesc Geração continuou priorizando ações para ampliar a capacidade de geração própria. Essas ações têm como pilares a repotenciação das usinas existentes e a constituição de parcerias com investidores privados para viabilização de novos empreendimentos.

A participação da Empresa nas Sociedades de Propósito Específico que viabilizam os novos empreendimentos é a seguinte:

Usina	Pot. Instalada	Participação	Pot. Celesc G
Prata	3,00	25,0%	0,75
Bandeirante	3,00	25,0%	0,75
Belmonte	3,60	25,0%	0,90
Mangueira de Pedra	12,00	30,0%	3,60
Rondinha	9,60	32,5%	3,12
Xavantina	6,07	40,0%	2,43
Boa Vista	5,00	30,0%	1,50
Painel	9,20	32,5%	2,99
Campo Belo	10,00	30,0%	3,00
Total - MW	61,47		19,04

Novos Empreendimentos - Dentre os empreendimentos em execução, destaque para a PCH Prata, localizada no município de Bandeirante, no extremo-oeste catarinense, com potência instalada de 3 MW e já em fase final de instalação, com entrada em operação prevista para junho de 2011. A PCH Rondinha, a ser instalada no município de Passos Maia, na região oeste, terá seu projeto executivo concluído em janeiro de 2011. As obras de construção do empreendimento deverão ser iniciadas em abril.

O projeto executivo da PCH Paineal, a ser instalada no município de mesmo nome, e o da PCH Campo Belo, localizada no município de Campo Belo do Sul, também encontram-se em fase final de elaboração. As obras das duas PCHs deverão ser iniciadas no início do segundo semestre de 2011.

Em 2010, a Empresa ainda atuou na prospecção de estudos para a construção de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) visando ao aproveitamento de cursos d'água entre barragens de acumulação e captação das usinas para a geração de mais 1,75 MW de energia elétrica no Estado.

Ampliação das Usinas Existentes - No decorrer do exercício, ainda foram concluídos os processos de licenciamento ambiental, e obtido junto à Agência Nacional de Águas – ANA, a Declaração de Reserva de Uso dos Recursos Hídricos para as obras de ampliação da PCH Pery, cujo projeto básico foi executado no ano de 2008. Localizada em Curitiba, a usina tem potência instalada de 4,4MW e passará a contar com capacidade de 30MW.

Ainda se deu encaminhamento aos projetos de ampliação e repotenciação das demais usinas existentes. Dois projetos (PCHs Celso Ramos e Caveiras) foram enviados à Anel e aguardam autorização do órgão para ampliação. Também foram concluídos os projetos básicos de ampliação das PCHs Ivo Silveira e Cedros e para a reativação da CGH Maroim, a mais antiga da Empresa e uma das mais antigas do País, fora de operação desde a década de 70.

INVESTIMENTOS

Em 2010, a Celesc Geração investiu o montante de R\$ 48,9 milhões, volume 349% superior ao realizado em 2009 (R\$ 10,9 milhões). O desempenho reflete a maior atuação da Empresa no desenvolvimento de projetos voltados a sua expansão, conforme já relatado no Desempenho Operacional, com destaque para:

Expansão do Parque Gerador - Os recursos investidos em novos empreendimentos são de origem própria e no ano de 2010 somaram R\$ 8 milhões, sendo que já estão comercializadas as produções das usinas Rondinha e Rio das Flores com consumidores livres. Na ampliação das usinas existentes, foram investidos R\$ 36,4 milhões na elaboração de projetos, obtenção de licenças ambientais e outorga dos órgãos competentes.

Automação de Processos - Acompanhando as tendências do Grupo Celesc na área de inovação tecnológica, a Celesc Geração adquiriu, em 2010, um Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP – *Enterprise Resource Planning*). A entrada em operação do sistema ocorreu em outubro, com os módulos de Finanças, Compras e Contabilidade, estando previstos para 2011, os módulos de Orçamento, Manutenção e Projetos de Obras. O Sistema permite a integração de processos, promovendo maior agilidade à tomada de decisão, baseada em dados mais consistentes. Paralelo à aquisição do Sistema Integrado de Gestão, também foi viabilizada a infraestrutura necessária para perfeita harmonia entre hardware e software. Nessa rubrica, o investimento somou R\$ 2,1 milhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A Empresa apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$22,04 milhões, em 2009 havia apurado 21,73 milhões. Importante destacar que os números apresentados, referentes aos exercícios de 2009 e 2010, estão adequados às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) e Pronunciamentos Contábeis - CPC, atendendo aos padrões globais de qualidade e compreensibilidade.

Esse resultado decorreu, principalmente, das mudanças estruturais implementadas desde o ano de 2009, que reduziram o seu custo.

O resultado apresentado foi alterado, também, em razão das seguintes intercorrências:

- forte afluência de chuvas;
- manutenção preventiva efetuada de forma sistemática;
- automatização de parte dos equipamentos das usinas;
- melhoria do índice de disponibilidade do sistema.

A Receita operacional bruta da Empresa atingiu R\$ 61,81 milhões em 2010, 6,62% acima dos 57,72 milhões apresentados em 2009. No exercício de 2010 a receita operacional líquida atingiu R\$ 54,75 milhões, comparado com os R\$ 50,28 milhões do ano de 2009 o crescimento representa 9%.

No ano, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, importou em R\$32,608 milhões.

O quadro a seguir apresenta os principais Índices Econômicos dos anos 2010 e 2009:

Índices Econômicos	2010	2009
Patrimônio Líquido	260.870	244.319
Resultado do Exercício	22.043	21.727
Receita Operacional Líquida	54.747	50.277
Resultado do Serviço	26.647	25.130
EBITDA/LAJIDA	32.609	31.041
Margem de Serviço (RS/ROL)	48,67%	49,98%
Margem Operacional Líquida (LL/ROL)	40,26%	43,21%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (LL/(PL-LL))	9,23%	9,76%

MEIO AMBIENTE

Em 2010, a Celesc Geração continua com 100% de seu parque gerador procedente de matriz energética renovável (hidrelétricas). No ano, seguindo na mesma linha de priorizar fontes de baixos impactos ambientais, deu início ao fomento da exploração de “outras fontes” também renováveis e promove o 1º Leilão de Compra de Energia Elétrica de centrais geradoras a biogás, oriundo de dejetos de animais, esgoto sanitário e resíduos sólidos urbanos instalados no Estado de Santa Catarina.

A compra de energia elétrica, resultado do Leilão de Fonte Incentivada de dejetos de suínos, será contabilizada a partir da entrada em operação comercial da central geradora. A comercialização desta energia será destinada ao mercado de consumidores especiais, em leilões a serem promovidos a partir de 2011.

A elaboração de Estudos Ambientais levou à retirada de espécies exóticas, ao diagnóstico das áreas ciliares e ao monitoramento das águas, previsto no Plano Básico Ambiental das Usinas. O monitoramento hidrológico e o trabalho de conscientização da população quanto ao controle de cheias foram intensificados durante o ano devido ao alto índice pluviométrico, em especial na Região do Vale e Alto Vale catarinense, que historicamente sofrem com as cheias do Rio Itajaí-Açú, onde estão localizadas as usinas de maior capacidade de armazenamento.

ADOÇÃO DOS NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

A Empresa passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (“balanço de abertura”), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS.

Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Os ajustes resultantes da adoção desses pronunciamentos que afetaram os resultados da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram os seguintes:

(valores em R\$ mil)	2010	2009
Lucro líquido antes da adoção das novas práticas	25.072	24.784
Ajustes:		
Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado	4.590	4.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	1.561	1.574
Lucro líquido após a adoção das novas práticas	22.043	21.727

As considerações sobre os ajustes acima apresentados são as seguintes:

Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos CPC 27 e na interpretação ICPC 10, a Empresa adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Empresa que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pela ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27) e representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 227,643 milhões em 1º de janeiro de 2009, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”. A adoção deste procedimento resultará no aumento da depreciação da Empresa durante a vida útil dos ativos ajustados ao seu valor justo. O referido ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, não afetará a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social.

PERSPECTIVAS

A prospecção de novos negócios, o aprimoramento contínuo nas esferas econômico-financeira, social e ambiental, tem sido uma constante nas decisões da Celesc Geração. Essa prerrogativa tem permitido ampliar o conhecimento sobre o potencial energético na área de concessão da Empresa e qualificá-la para participações em empreendimentos que, além de ampliar o parque de geração própria, conferem maior porte ao seu negócio e promovem a diversificação da matriz energética em Santa Catarina. Nesse processo, destaque para as parcerias com investidores privados formalizadas a partir de 2008, que resultaram na constituição de sete Sociedades de Propósito Específico e viabilizarão nove novos empreendimentos no Estado, com potência total instalada de 61,4 MW.

Os resultados começarão a ser aferidos com a entrada em operação em julho de 2011 da PCH Prata e em meados de 2012 com a entrada em operação da PCH Belmonte, sendo que estas usinas compõem a SPE Rio das Flores, responsável pela construção ainda da PCH Bandeirante. As SPEs Rondinha Energética S.A e Paineal Energética S.A. tiveram seus processos de outorga aprovados pela ANEEL e estão na fase de elaboração de projetos e obtenção de licenças de operação.

Ações que contemplam a repotenciação das usinas existentes, segundo estudos realizados, projetam a ampliação em até 148% da capacidade atual e contemplam projetos de fonte hidráulica, eólica e biomassa, sendo medidas que se impõem e serão implementadas nos próximos cinco anos.

Resultados positivos também serão alcançados através da continuidade das automações das usinas e da instalação de um COG – Centro de Operação da Geração, refletindo numa maior eficiência energética com consequente redução dos custos operacionais.

A atual situação da Celesc Geração permite que se projete expectativas de crescimento no seu desempenho por muitos anos. Tal fato se deve, principalmente, ao potencial energético ainda não explorado em sua área de concessão e que podem ser alavancados com o mínimo impacto ambiental. O ambiente favorável associado à manutenção da estratégia corporativa, renova as expectativas para o crescente desempenho da Celesc Geração.

A alocação competente da energia assegurada, a ampliação do parque gerador, as estratégias bem-sucedidas de comercialização e a valorização do corpo funcional farão com que se obtenha resultados positivos e demonstrem que a experiência, o empreendedorismo e a competência dão corpo às estratégias e objetivos da Celesc Geração.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e respectivos suplentes. O acionista majoritário da Controladora indica três integrantes. Os acionistas preferenciais e os acionistas ordinários minoritários da Controladora elegem, em escrutínio separado, seus representantes e respectivos suplentes.

Composição do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2010:

Ronaldo Baumgarten Junior – Presidente

Suplente: **Luiz Rogério Gonçalves**
Representante do Acionista Majoritário

Célio Goulart

Suplente: **Luciano Veloso Lima**
Representante do Acionista Majoritário

Julio Sergio de Souza Cardozo

Suplente: **Antonio Augusto Torres de Bastos Filho**
Representante dos Acionistas Preferencialistas
(Tarpon Investimentos)

Gilberto Antonio Gadotti

Suplente: **Saliba Nader Neto**
Representante do Acionista Majoritário

Telma Suzana Mezia

Suplente: **João Moraes Azzi**
Representante dos Acionistas
Minoritários Ordinários (PREVI)

DIRETORIA EXECUTIVA

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pela Controladora.

É composta pelo presidente e dois diretores para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o presidente é também membro do Conselho de Administração da Controladora.

Composição da Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2010:

Diretor Presidente

Paulo Roberto Meller

Diretor Técnico e Comercial

Paulo Roberto Meller (interino)

Diretor Administrativo e Financeiro

Marco Aurélio de Andrade Dutra

AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Celesc Geração informa que os auditores independentes da Empresa, BDO Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2010.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc Geração.

BALANÇO SOCIAL

1 - BASE DE CÁLCULO	2009			2010		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	50.277			54.747		
- Resultado Operacional (RO)	29.519			30.645		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	9.132			12.102		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	ND			ND		
- Encargos Sociais Compulsórios	ND			ND		
- Previdência Privada	ND			ND		
- Saúde	ND			ND		
- Segurança e saúde no trabalho	103	1,13	0,20	95	0,78%	0,17%
- Educação	ND			ND	0,00%	0,00%
- Cultura	ND			ND	0,00%	0,00%
- Capacitação e Desenv. Profissional	64	0,70	0,13	189	1,56%	0,35%
- Creches ou Auxílio-creche	ND			ND		
- Participação nos Lucros ou Resultados	ND			ND		
- Outros	NA			NA		
Total - Indicadores Sociais Internos	167	1,83	0,33	284	2,35%	0,52%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	ND			ND	0,00%	0,00%
- Cultura	144	0,49	0,29	50	0,20%	0,09%
- Saúde e Saneamento	ND			ND	0,00%	0,00%
- Esporte	0			50	0,20%	0,09%
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	NA		NA	ND	0,00%	0,00%
- Outros	NA		NA	0	0,00%	0,00%
Total das Contribuições p/ a Sociedade	144	0,49	0,29	100	0,40%	0,18%
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	16.419	55,62	32,66	19	0,08%	0,03%
Total - Indicadores Sociais Externos	16.563	56,11	32,94	119	0,47%	0,22%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac. c/ a Produção/Operação da Empresa	0	0,00	0,00	0	0,00%	0,00%
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00	0,00	0	0,00%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	0	0,00	0,00	0	0,00%	0,00%
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados(as) ao final do período	59			60		
- Nº de admissões durante o período	0			0		
- Nº de empregados(as) terceirizados	0			0		
- Nº de estagiários(as)	0			0		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	34			34		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	6			6		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	36			36		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0			0		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0			0		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	0			0		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2009			2010	
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		1462			1427	
- Número total de acidentes de trabalho		0			0	
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[x] segue as normas da OIT	[] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[x] segue as normas da OIT	[] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[x] não se envolve	[] apoia	[] organiza e incentiva	[x] não se envolve	[] apoia	[] organiza e incentiva
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa	0	no Procon	0	na Empresa	0
	0	0	na Justiça	0	0	0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	0%	no Procon	0%	na Empresa	0%
	0%	0%	na Justiça	0%	0%	0%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009:	52.423		Em 2010:	51.475	
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31,41% governo	19,15% colaboradores	41,93% acionistas	29,8% governo	23,52% colaboradores	10,67% acionistas
	3,89% terceiros	3,62% retido	3,86% terceiros	32,15% retido		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 08.336.804/0001-78	UF: SC			Coordenação: - Viviani Bleyer Remor	- Fone: (48) 3231-5520	viviani@celesc.com.br
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica				Contador: - Cleide Enderle (CRC/SC - 027.989-0/2)	- Fone: (48) 3231-6036	- cleide@celesc.com.br
<p>“ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO”</p> <p>“NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE”</p>						

BALANÇO PATRIMONIAL
*Exercício Findo em
31 de Dezembro*
 (valores expressos em
milhares de reais)

	Legislação Societária		
	31 de	31 de	01 de
	Nota dezembro de 2010	dezembro de 2009	janeiro de 2009
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
ATIVO			
Circulante	38.587	52.912	57.411
Numerário Disponível	7 449	1.441	3.257
Aplicações no Mercado Aberto	8 32.848	45.772	47.840
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	9 5.227	5.433	6.091
Tributos à Compensar	11 35	33	33
Devedores Diversos	16	153	175
Estoques	10 12	13	15
Despesas pagas antecipadamente	-	67	-
Não Circulante	311.806	280.292	272.742
Realizável a Longo Prazo			
Tributos à Compensar	11 65	161	114
Coligadas, Controladas ou Controladoras	12 -	11.057	11.057
Investimentos	13 9.552	2.482	-
Imobilizado	14 299.875	266.589	261.568
Intangível	15 2.314	3	3
TOTAL DO ATIVO	350.393	333.204	330.153

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Legislação Societária		
	31 de	31 de	01 de
	Nota dezembro de 2010	dezembro de 2009	janeiro de 2009
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Circulante	18.366	16.168	13.282
Fornecedores	424	224	555
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	29	23	5
Taxas Regulamentares	18 246	249	221
Tributos e Contribuições Sociais	17 8.708	8.032	1.601
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	22 4.668	-	7.780
Coligadas, Controladas ou Controladoras	12 992	4.531	-
Obrigações Estimadas	19 3.144	3.107	3.120
Outras Contas à Pagar	155	1	-
Não Circulante	71.157	72.717	74.278
Obrigações Estimadas	19 71.157	72.717	74.278
Patrimônio Líquido	260.870	244.319	242.593
Capital Social	20 65.000	65.000	35.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20 144.157	147.187	150.245
Reservas de Lucros	20 51.713	32.132	57.348
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	350.393	333.204	330.153

Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos, conforme nota 27.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
*Exercício Findo em
31 de Dezembro*
 (valores expressos em
milhares de reais)

	Legislação Societária	
	31 de	31 de
	Nota dezembro de 2010	dezembro de 2009
	Reapresentado	Reapresentado
Operações continuadas		
Receita	23 54.747	50.277
Lucro bruto	54.747	50.277
Custo com Energia Elétrica	24 (2.824)	(2.530)
Custo de Operação	24 (11.308)	(10.997)
Despesas Gerais e Administrativas	24 (13.968)	(11.620)
Lucro operacional	26.647	25.130
Receitas Financeiras	25 4.342	4.685
Despesas Financeiras	25 (344)	(296)
Resultado financeiro, líquidas	3.998	4.389
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	30.645	29.519
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	16 (10.162)	(9.366)
Diferido	16 1.561	1.575
Lucro líquido do exercício	22.043	21.727
Lucro por ação do capital social	0,63	0,62

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
*Exercício Findo em
31 de Dezembro*
 (valores expressos em
milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008		35.000	57.348	-	-	92.348
Ajustes adoção das novas práticas		-	-	150.245	-	150.245
Saldo em 1º de janeiro de 2009		35.000	57.348	150.245	-	242.593
Integralização		30.000	(30.000)			-
Lucro Líquido do Exercício				-	21.727	21.727
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Legal			1.239		(1.239)	-
Juros sobre o Capital Próprio					(6.649)	(6.649)
Dividendos Propostos					(13.351)	(13.351)
Reserva de Retenção de Lucros			3.545	(3.058)	(488)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2009		65.000	32.132	147.187	-	244.319
Lucro Líquido do Exercício					22.043	22.043
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Legal	22		1.102		(1.102)	-
Juros sobre o Capital Próprio	20		-		(5.492)	(5.492)
Reserva de Retenção de Lucros			18.479	(3.030)	(15.449)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		65.000	51.713	144.157	-	260.870

Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos, conforme nota 27.

**DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA**
*Exercício Findo em
31 de Dezembro
(valores expressos em
milhares de reais)*

	Legislação Societária	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
	Reapresentado	
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações		
Operações Sociais:		
Lucro Líquido do Período	30.645	29.519
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	(10.162)	(9.367)
Diferido	1.560	1.575
Lucro Líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social	22.043	21.727
Ajustes por:		
Depreciação	5.962	5.879
Equivalência Patrimonial	259	8
Dividendos Propostos à Pagar	(5.492)	-
Total	22.772	27.614
Aumento (redução) de Ativos:		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	206	658
Tributos à Compensar	94	(80)
Devedores Diversos	2	3
Coligadas, Controladas ou Controladoras	11.057	-
Estoques	1	(13)
Outras Contas à Receber	201	-
Total	11.561	568
Aumento (redução) de Passivos:		
Fornecedores	200	(331)
Folha de Pagamento e Obrigações Estimadas	(7.752)	(1.557)
Taxas Regulamentares	(3)	28
Tributos e Contribuições Sociais	6.909	6.431
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	4.668	(7.780)
Coligadas, Controladas ou Controladora	(3.539)	4.531
Outras Contas a Pagar	154	2
Total	637	1.324
Caixa Líquido Proveniente das Operações	34.970	29.506
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos	-	(13.351)
Juros sobre Capital Próprio	-	(6.649)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	(20.000)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Investimentos	(7.329)	(2.490)
Aquisição de Imobilizado	(39.247)	(10.900)
Aquisição de Intangível	(2.310)	-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	(48.886)	(13.390)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	(13.916)	(3.884)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	47.213	51.097
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	33.297	47.213
Variação no Caixa	(13.916)	(3.884)

(i) período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos, conforme nota 27.

**DEMONSTRAÇÃO DO
VALOR ADICIONADO**
*Exercício Findo em
31 de Dezembro
(valores expressos em
milhares de reais)*

	Legislação Societária	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
	Reapresentado	
Receitas	61.805	57.715
Venda de Energia	61.805	57.715
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(8.220)	(8.819)
Energia Elétrica e Uso da Rede	(2.824)	(2.531)
Serviços de Terceiros	(4.262)	(4.196)
Materiais	(984)	(1.846)
Outros Insumos Adquiridos	(150)	(246)
(=) Valor Adicionado Bruto	53.585	48.896
(-) Quotas de Reintegração	(5.962)	(5.879)
(=) Valor Adicionado Líquido	47.623	43.017
(+) Valor Adicionado Transferido		
Equivalência Patrimonial	(259)	(8)
Receitas Financeiras	4.301	4.684
Outras Transferências	(190)	-
Valor Adicionado a Distribuir	51.475	47.693
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e Administradores	12.102	9.131
Remunerações	12.102	9.131
Governo	15.342	14.978
Federal	10.792	10.540
Pis e Cofins	2.190	2.604
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.602	7.792
Outros	-	144
Estadual	4.548	4.438
ICMS	4.533	4.431
IPVA	15	7
Municipal	2	-
IPTU	2	-
Encargos Intra Setoriais	1.896	1.570
Reserva Global de Reversão	344	403
Taxa de Fiscalização ANEEL	282	282
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	1.270	885
Remuneração de Capitais de Terceiros	92	287
Arrendamentos e Aluguéis	92	-
Juros e Variações Monetárias	-	287
Acionistas	22.043	21.727
Juros sobre Capital Próprio	5.492	6.649
Dividendos Propostos	-	13.351
Lucros Retidos	16.551	1.727
Valor Adicionado Total Distribuído	51.475	47.693
Valor Adicionado (médio) por Empregado	888	822

(i) período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos, conforme nota 27.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Celesc Geração S.A. é uma sociedade por ações constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., destinada a realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia principalmente a elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, bem como de ver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração e colaborar para a preservação do meio ambiente em suas atividades, tendo em operação atualmente 12 usinas hidrelétricas.

Estas demonstrações são apresentadas em milhares de reais que é a moeda principal das operações e do ambiente em que a empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2010; o resultado de suas operações realizadas entre 1º. de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010; as mutações do seu patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Das concessões

A Celesc Geração S.A. possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Centrais Geradoras	Município de localização da Casa de Força/UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Atos de Outorga		Termo Final da Concessão
				Concessão	Prorrogação	
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros - SC	Rio dos Cedros	24,602	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	11/7/2016
UHE Bracinho	Schoroeder - SC	Rio Bracinho	15	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	11/7/2016
PCH Garcia	Angelina - SC	Rio Garcia	8,92	Decreto nº 41.128, de 12/03/57	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	7/7/2015
PCH Cedros	Rio dos Cedros - SC	Rio dos Cedros	8,4	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	11/7/2016
PCH Salto	Blumenau - SC	Rio Itajaí-Açu	6,28	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	11/7/2016
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes - SC	Rio Chapecozinho	5,4	Decreto nº 69.569, de 22/11/71	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	11/23/2021
PCH Pery	Curitibanos - SC	Rio Canoas	4,4	Decreto nº 60.945, de 06/07/67	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	7/9/2017
PCH Caveiras	Lages - SC	Rio Caveiras	3,829	Decreto nº 62.958, de 08/07/68	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	7/10/2018
PCH Ivo Silveira	Campos Novos - SC	Rio Santa Cruz	2,6	Decreto nº 54.718, de 30/10/64	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	7/7/2015
PCH Pirai	Joinville - SC	Rio Pirai	0,78	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	11/7/2016

E, registro para duas Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGH

Centrais Geradoras	Município de localização da Casa de Força/UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Registro
CGH São Lourenço	Mafra - SC	Rio São Lourenço	0,42	Ofício SCG/ANEEL nº 115/1998 16/12/98
CGH Rio do Peixe	Videira - SC	Rio do Peixe	0,52	Ofício SCG/ANEEL nº 115/1998 16/12/98

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o “custo atribuído” do imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º. de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações anuais, são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS).

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional do grupo econômico e, também, a moeda de apresentação da Empresa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Empresa compreendem: contas a receber de clientes. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “resultado financeiro”.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável *impairment*. Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

b) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Empresa usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7 Estoques

Os estoques estão classificados no ativo circulante, estão registrados aos custos de aquisição e não excedem seus custos de reposição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “custo médio”.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.9 Investimentos em coligadas

Investimento em empresas coligadas

Uma empresa coligada é uma entidade na qual a Empresa exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas da qual não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas coligadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas coligadas são reconhecidas no balanço ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento *impairment*.

As perdas em empresas coligadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento em coligada sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa coligada na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como ganho no resultado do investimento. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas serão registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com Spe's com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Empresa nas Spe's, por contrapartida do valor do investimento nas mesmas.

Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de coligadas é registrado como “ativo investimento” em conta específica conforme ICPC 09. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas *impairment* e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas em períodos subsequentes. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

2.10 Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo *mercado como adequadas*, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Geração	(%)	Administração	(%)
Edificações	2,0	Edificações	4,0
Turbina Hidráulica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Gerador	3,3	Veículos	20,0

2.11 Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição.

Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.16 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Empresa. O estatuto social prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a mesma registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício.

2.18 Capital social

As ações ordinárias e nominativas são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a flexibilidade dos contratos tenham sido resolvidas.

Fornecimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica.

Suprimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica às comercializadoras.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.20 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e alterações das normas, que afetam a Empresa e relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Empresa.

i. IAS 12 Imposto de renda, corrigido em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificada como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. A Empresa está avaliando esse impacto nas demonstrações.

ii. IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009 e introduz nova exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

iii. IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Empresa aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011, e efetuará avaliação dos possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

iv. IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

v. IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. De forma retroativa. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

vi. IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

vii. IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contudo que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo

Valor justo de outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A empresa utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Impairment de ativos financeiros disponíveis para venda

A empresa segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Empresa avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo os fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da empresa.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Empresa não possui contas a receber, empréstimos ou financiamentos nem contas a pagar em moedas estrangeiras.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da empresa incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da empresa. A empresa não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

(b) Risco de crédito

Surge da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Empresa monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança como manutenção de garantias financeiras e não registro dos montantes de meses subsequentes para composição das garantias financeiras dos clientes perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Empresa e agregada pelo departamento Administrativo e Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(d) Risco operacionais

(i) Risco quanto a produção de energia elétrica

As usinas são do tipo A Fio d'água, ou seja, sem Reservatórios de Acumulação, dependendo sempre do regime de chuvas. A sazonalidade no Estado de Santa Catarina mostra que, entre os meses de setembro a dezembro, as precipitações são acima da média, o que causa diretamente um aumento das vazões médias de longo período. Tal fato necessita de atenção em relação ao regime pluviométrico, embora lembrando que fenômenos estocásticos devem ser levados em consideração, pois assim como pode chover muito num mês típica-

mente seco, poderá, de acordo com a mesma lógica, não chover em um mês típico úmido, o que leva à maximização da geração nos períodos de altos índices, compensando os períodos de baixa. Igualmente, todas as manutenções preventivas são programadas para o período de baixos índices pluviométricos.

(ii) Risco de não renovação das concessões

A Empresa possui concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica e tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores nem renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa – “concessão onerosa”, os atuais níveis de rentabilidade e atividades serão alterados.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa, maximizando o rendimento do capital em caixa, aplicando em títulos privados de liquidez imediata de instituições financeiras sólidas, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas. A Empresa não possui endividamento e todos os investimentos foram realizados com capital próprio.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas à receber de clientes e contas à pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. A Empresa não possui passivos financeiros ou outros ativos financeiros mensurados a valor justo.

5 Instrumentos financeiros por categoria

31 de dezembro de 2010	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativo, conforme balanço patrimonial		
Caixa e bancos	449	-
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata	32.848	-
Contas a receber	-	5.227
	33.297	5.227

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros podem ser avaliados mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Contas a receber de clientes		
Grupo 1	4.596	5.291
Grupo 2	-	142
Grupo 4	631	-
Total	5.227	5.433

Grupo 1 - Clientes com arrecadação no vencimento.

Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano.

Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano.

Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano.

Todos os demais ativos financeiros que a Empresa mantém, principalmente, contas-correntes e aplicações financeiras, são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009
Recursos em bancos	449	1.441	3.257
Títulos e valores mobiliários de liquidez Imediata(*)	32.848	45.772	47.840
	33.297	47.213	51.097

(*) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata são de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados à taxa de 100% da variação do CDI.

8 Aplicações no mercado aberto

	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º. de janeiro 2009
Certificado de depósito bancário	32.848	45.772	47.840
(-) Circulante	32.848	45.772	47.840
Não circulante	-	-	-

9 Contas a receber de clientes

a) Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
Consumidores						
Industrial	1.965	-	631	2.596	2.094	2.760
Comércio, serviços e outras	163	-	-	163	126	148
Suprimento						
Concessionárias e permissionárias	2.218	-	-	2.468	3.213	3.183
Circulante				5.227	5.433	6.091
Não circulante				-	-	-

10 Estoques

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
Almoarifado	12	13	15
Circulante	12	13	15

11 Tributos à compensar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
ICMS	66	161	114
Imposto de Renda	1	-	-
Pis	3	3	3
Cofins	14	14	14
Outros	16	16	16
(-) Circulante	35	33	33
Não circulante	65	161	114

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- Programa de Integração Social (PIS).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

12 Transações com partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	Contas à Receber	Contas à Pagar
Em 31 de dezembro de 2009	11.057	4.531
Celesc Distribuição S.A.	11.057	4.531
Em 31 de dezembro de 2010	-	5.926
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - JCP	-	4.668
Celesc Distribuição S.A.	-	1.243
Cia Energética Rio das Flores	-	15

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o conselho fiscal e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Administradores		
Honorários	792	512
Participação nos lucros e/ou resultados	115	-
Encargos sociais	140	124
(-) Circulante	1.047	636
Não circulante	-	-

13 Investimentos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
Investimentos	9.552	2.482	-
Rondinha Energética S.A.	1.927	1.527	-
Painel Energética S.A.	1.322	409	-
Boa Vista Energética S.A.	56	54	-
Campo Belo Energética S.A.	889	492	-
Cia Energética Rio das Flores	3.352	-	-
Xavantina Energética S.A.	2.006	-	-

(a) Informações sobre investimentos

	Milhares de ações possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Preferenciais	No capital social %	No capital votante %		
Em 31 de dezembro de 2010					16.027	(84)
Rondinha Energética S.A.	3.184.998	-	32,5%	32,5%	6.128	(21)
Painel Energética S.A.	1.494.998	-	32,5%	32,5%	4.064	(70)
Boa Vista Energética S.A.	674.998	-	30,0%	30,0%	1.96	(24)
Campo Belo Energética S.A.	1.349.998	-	30,0%	30,0%	3.266	(44)
Cia Energética Rio das Flores	1.280.000	-	25,0%	25,0%	-	-
Xavantina Energética S.A.	162.840	-	40,0%	40,0%	2373	75
Em 31 de dezembro de 2009					8.525	(28)
Rondinha Energética S.A.	2.939.998	-	30,0%	30,0%	4.792	(8)
Painel Energética S.A.	1.379.998	-	30,0%	30,0%	1.532	(8)
Boa Vista Energética S.A.	674.998	-	30,0%	30,0%	201	(6)
Campo Belo Energética S.A.	1.349.998	-	30,0%	30,0%	2.000	(6)
Em 1º. de janeiro de 2009	-	-	-	-	-	-

(b) Movimentação dos investimentos

	Rondinha	Painel	Boa Vista	Campo Belo	Rio das Flores	Xavantina	Total
Saldo em 1º. de janeiro de 2009	-	-	-	-	-	-	-
Integralizações	1.530	411	56	494	-	-	2.491
Resultado de equivalência patrimonial	(3)	(2)	(2)	(2)	-	-	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.527	409	54	492	-	-	2.482
Integralizações	476	922	6	405	2.934	928	
Resultado de equivalência patrimonial	(76)	(9)	(4)	(8)	(168)	6	(259)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.927	1.322	56	889	2.766	934	7.894

(c) Ágio

Xavantina Energética S.A. – CNPJ nº 08.988.322/0001-00

Aquisição de 40% de participação societária em 19 de abril de 2010 conforme acordo de acionistas de Pequena Central Hidrelétrica – PCH, localizada no Rio Irani, Região Oeste do estado de Santa Catarina, município de Xanxerê, com potência instalada projetada de 6,0MW.

Conforme avaliação de investimento realizado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial através do exame da documentação suporte, elaborou-se estudo de viabilidade com base no fluxo de caixa do empreendimento o que resultou em uma Taxa Interna de Retorno – TIR de 11,766%, valor superior ao obtido com aplicações financeiras no mercado, o que indica ser viável o investimento.

Companhia Energética Rio das Flores – CNPJ nº 09.324.664/0001-80

Aquisição de 25% de participação societária em 16 de março de 2010 conforme acordo de acionistas das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, PCH Belmonte, situada no município de Bandeirante com potência instalada projetada de 3,6MW, PCH Bandeirante situada entre os municípios de Bandeirante e Belmonte, com potência instalada projetada de 3,0MW e PCH Prata situada no município de Bandeirante, com potência instalada projetada de 3,0MW, localizadas no Rio das Flores, Extremo Oeste do estado de Santa Catarina, totalizando uma potência total instalada projetada de 9,6MW.

Conforme avaliação de investimento realizado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial através do exame da documentação suporte, elaborou-se estudo de viabilidade com base no fluxo de caixa de cada empreendimento o que resultou em uma Taxa Interna de Retorno – TIR de 11,277% para a PCH Belmonte, 9,437% para a PCH Bandeirante e 9,695% para a PCH Prata, valores superiores aos obtidos com aplicações financeiras no mercado, o que indica ser viável o investimento.

	1º. de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2010
Ágios					
Xavantina	-	-	1.072	-	1.072
Rio das Flores	-	-	586	-	586
	-	-	1.658	-	1.658

14 Imobilizado
(a) Composição do saldo

	Terrenos	Reservatórios, barragens, adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	289	8.176	1.731	17.859	5.870	33.925
(+) Custo Atribuído (deemed cost)	27.845	241.888	6.427	47.909	12	324.080
Saldo em 01 de Janeiro de 2009	20.036	175.582	6.531	53.540	5.880	261.568
(+) Adições	126	7	411	67	9.044	9.655
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	(2.028)	(199)	(2.405)	(3)	(4.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.162	173.561	6.743	51.202	14.921	266.589
Custo do imobilizado	20.162	185.041	13.008	67.059	15.012	300.281
(-) Depreciação acumulada	-	(11.480)	(6.265)	(15.857)	(91)	(33.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.162	173.561	6.743	51.202	14.921	266.589
(+) Adições	40	72	13.603	265	25.267	39.246
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	(2.353)	(291)	(3.158)	(158)	(5.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.202	171.279	20.055	48.309	40.030	299.875
Custo do imobilizado	20.202	185.112	26.611	67.324	40.279	339.527
(-) Depreciação acumulada	-	(13.833)	(6.556)	(19.015)	(249)	(39.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.202	171.279	20.055	48.309	40.030	299.875

(b) Custo atribuído - deemed cost

A Empresa efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) para todas as classes de imobilizado, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes, aprovado pelo conselho de administração.

Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil econômica estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado.

Em consequência, em 1º. de janeiro de 2009, foi registrada mais-valia dos ativos. Consequentemente ocorreu um aumento de R\$ 227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP.

15 Intangível
15.1 Software

	Softwares
Saldos em 01 de janeiro de 2009	3
Adições	-
Baixas	-
Amortizações	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3
Custo total	3
Amortização acumulada	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3
Adições	2.311
Baixas	-
Amortizações	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.314
Custo total	2.314
Amortização acumulada	-

16 Resultado com imposto de renda e contribuição social
(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
Custo Atribuído - <i>Deemed Cost</i>	74.263	75.824	77.399
(-) Circulante	3.106	3.106	-
Não Circulante	71.157	72.717	77.399

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
2011	3.106	3.106	1.575
2012	3.106	3.106	1.575
2013	3.106	3.106	1.575
2014	3.106	3.106	1.575
2015	3.106	3.106	1.575
2016	3.106	3.106	1.575
2017 em diante	55.627	57.188	67.949
Total diferido líquido	74.263	75.824	77.399

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Empresa e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social		
Lucro antes do IR/CS	30.645	29.519
Adições e exclusões permanentes		
Outras adições	552	538
Outras exclusões	41	-
Juros sobre o capital próprio	5.492	6.649
Base de cálculo	25.664	23.408
Alíquota nominal (IR/CS)	34%	34%
(-) Deduções		
Incentivo fiscal	100	144
Total IR/CS no resultado	8.601	7.791
Corrente	10.162	9.366
Diferido	(1.561)	(1.575)
Total IR/CS no resultado	8.601	7.791

(d) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Empresa optou pela adoção do RTT em 2009. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2010, a Empresa utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

17 Tributos e contribuições sociais
(a) Composição

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
INSS	96	2	25
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	873	999	8
Contribuições retidas na fonte - CRF	37	19	43
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	346	413	339
Programa de Integração Social - PIS	28	32	37
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	130	147	170
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.370	4.836	669
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.769	1.579	297
Outros	59	6	13
(-) Circulante	8.708	8.032	1.601
Não Circulante	-	-	-

18 Taxas regulamentares

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
Reserva global de reversão - RGR	29	34	9
Taxa de fiscalização do sistema de energia elétrica - TFSEE	24	23	14
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	193	192	198
(-) Circulante	246	249	221
Não Circulante	-	-	-

19 Obrigações Estimadas

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º. de janeiro de 2009
Provisão para férias e encargos	37	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.263	75.823	74.277
(-) Circulante	3.143	3.106	-
Não Circulante	71.157	72.717	74.277

20 Patrimônio líquido
(a) Capital social

O capital social da Empresa, subscrito e integralizado, é de R\$65.000.000 (sessenta e cinco milhões) representado por 35.000.000 (trinta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc	35.000	100	35.000	100
	35.000	100	35.000	100

(b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal constituída no exercício de 2009 não foi alterada em decorrência dos ajustes relativos à primeira adoção dos CPCs.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Empresa, para ser deliberado na Assembléa Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Empresa aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2010, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 5.492 foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício.

(d) Reserva de lucros

A reserva de lucros a realizar tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica 10, a Empresa reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Empresa.

21 Seguros

A Empresa efetuou o processo nº PL 022/2010 com o objeto contratação de seguro, riscos nomeados para as Usinas da Celesc Geração S.A., no mês de Julho de 2010, sendo que o processo licitatório resultou fracassado, posto que o único licitante cotou com valores acima do orçado. Em Novembro o mesmo processo licitatório sob nº PL 052/2010 foi relançado, porém resultou deserto, não havendo nenhuma proposta para o certame. Em razão da não contratação nos dois processos a mesma será viabilizada em 2011 nas mesmas condições previstas nos atos convocatórios anteriores, conforme prevê a legislação vigente.

22 Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras da Empresa, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembléa Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro líquido do exercício	22.043	24.784
Ajustes para adoção do IFRS	-	3.057
Lucro base para distribuição	22.043	21.727
Constituição de reservas		
Reserva Legal	1.102	1.239
Base de cálculo dos dividendos	20.941	20.488
Dividendos propostos		
Dividendos	-	13.351
Juros sobre capital próprio	5.492	6.649
Dividendos propostos pela administração	5.235	20.000
(-) Parcela excedente ao mínimo obrigatório	257	14.568
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos - %	26,2	97,6

23 Receitas

(a) Composição

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	26.532	28.081
Suprimento de energia elétrica	35.273	29.634
Receita operacional bruta	61.805	57.715
Deduções da receita operacional		
ICMS	7.058	7.438
PIS	4.524	4.431
PIS	390	467
COFINS	1.800	2.137
Reserva global de reversão - RGR	344	403
Receita Operacional Líquida	54.747	50.277

(b) Fornecimento e suprimento de energia

	2010		2009		2010		2009	
	Nº de consumidores	MWh	Receita Bruta					
Fornecimento e suprimento de energia elétrica								
Industrial	9	10	194	191	24.949	22.771		
Comercial, serviços e outros	1	1	11	11	1.583	1.359		
Suprimento de energia	1	3	407	281	35.273	33.585		
	<u>11</u>	<u>14</u>	<u>612</u>	<u>483</u>	<u>61.805</u>	<u>57.715</u>		

24 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos custos e despesas	31 de dezembro de 2010			
	Custos de bens e/ou serviços	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	247	-	-	247
Pessoal	-	11.055	-	11.055
Administradores	-	1.047	-	1.047
Material	791	193	-	984
Custos e serviços de terceiros	2.921	1.204	-	4.125
Encargos de uso da rede elétrica	2.577	-	-	2.577
Depreciação e amortização	5.962	-	-	5.962
Seguros	67	1	-	68
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	282	282
Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFURH	-	-	1.270	1.270
Outros custos e despesas	15	468	-	483
	12.580	13.968	1.552	28.100

Natureza dos custos e despesas	31 de dezembro de 2009			
	Custos de bens e/ou serviços	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	222	-	-	222
Pessoal	-	8.496	-	8.496
Administradores	-	636	-	636
Material	1.634	211	-	1.845
Custos e serviços de terceiros	3.443	754	-	4.197
Encargos de uso da rede elétrica	2.308	-	-	2.308
Depreciação e amortização	1.247	-	-	1.247
Seguros	33	3	-	36
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	282	282
Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFURH	-	-	885	885
Outros custos e despesas	7	355	-	362
	8.894	10.455	1.167	20.516

a) Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda	31 de dezembro de 2010	GWh	31 de dezembro de 2009	GWh
	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	247	1,9	222
	247	1,9	222	36,0

b) Pessoal

Pessoal	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
	Remunerações	10.866
Outros	189	64
	11.055	8.496

25 Resultado Financeiro

	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.253	4.522
Ganho na Equivalência Patrimonial	41	-
Outras receitas financeiras	48	163
	4.342	4.685
Despesas financeiras		
Perda na equivalência patrimonial	300	8
Juros sobre o capital próprio	5.492	6.649
Outras despesas financeiras	44	287
	5.836	6.944

26 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

26.1 Base da transição

26.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Empresa aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Empresa aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

26.1.2 Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Empresa efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) do imobilizado, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com a aplicação do "Método comparativo de dados de Mercado", "Método de Custo" e "Critério de *Ross-Heidecke*", além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado. Em consequência, em 1º de janeiro de 2009, foi registrada mais-valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil-econômica destes. Conseqüentemente, em 1º de Janeiro de 2009, houve um acréscimo nos bens do imobilizado no montante de R\$ 227,6 milhões, correspondente ao registro do custo atribuído.

26.1.3 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Empresa

A Empresa optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Empresa

As isenções abaixo relacionadas não se aplicam à Empresa.

- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- os contratos de seguro, pois a Empresa não tem operações deste tipo;
- ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, uma vez que somente as demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas;
- instrumentos financeiros compostos porque a Empresa não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a empresa não tem quaisquer passivos deste tipo;
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a empresa não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação.

26.1.4 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Empresa

A Empresa aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

26.2 Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Laudo de avaliação do imobilizado

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado. O laudo de avaliação do imobilizado determinou seu valor justo na data de 1º de janeiro 2009 em R\$ 261.572, um aumento de R\$ 227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totalizava R\$ 33.928. O aumento em 31 de dezembro de 2009 representa R\$ 223.011. Bem como uma redução do resultado em 2009 de R\$ 4.633.

(b) Juros sobre capital próprio e dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$14.840 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarados em 2009. Da mesma forma, o montante de R\$257 em 31 de dezembro de 2010.

(c) Imposto de renda e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam R\$ 77.399 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 72.717 em 31 de dezembro de 2009, bem como R\$ 4.633 no resultado do exercício de 2009.

26.2.1 Conciliação do patrimônio líquido

	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Patrimônio líquido originalmente apresentado	97.132	92.348
Custo atribuído (a)	223.011	227.643
	<u>320.143</u>	<u>319.992</u>
Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes (k)	75.824	77.399
Patrimônio líquido ajustado	<u>244.319</u>	<u>242.593</u>

26.2.2 Conciliação do lucro líquido no exercício

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro líquido originalmente apresentado	25.072	24.784
Custo atribuído (a)	4.590	4.632
	<u>20.482</u>	<u>20.152</u>
Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes (k)	1.561	1.575
Lucro líquido ajustado	<u>22.043</u>	<u>21.727</u>

Paulo Roberto Meller
Diretor Presidente

Paulo Roberto Meller
Diretor Técnico e Comercial (interino)

Marco Aurélio de Andrade Dutra
Diretor Administrativo e Financeiro

Cleide Enderle
Contadora CRC-SC 027989-O/2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Celesc Geração S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação dos riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é opcional para empresas de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de março de 2010, o qual continha ênfase sobre a recuperação dos investimentos para automação de usinas, classificados como estudos e projetos no ativo imobilizado em curso e sobre o montante de créditos a receber da Celesc Distribuição S.A. decorrente do processo de desverticalização que não possuíam documentação e contrato de mútuo, os quais foram regularizados em 2010.

Florianópolis, 24 de março de 2011



Claudio Henrique Damasceno Reis | Sócio-contador | CRC 1SC024494/O-1
BDO Auditores Independentes | CRC 2SP013439/O-5 "S" SC

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores BDO Auditores Independentes, datado de 24 de março de 2011, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Ronaldo Baumgarten Junior

Gilberto Antônio Gadotti

Célio Goulart

Telma Suzana Mezia

Julio Sergio de Souza Cardozo